

A Evolução do Conceito de Governança Pública: o futuro tecnológico

The Evolution of the Public Governance Concept: the technological future

La Evolución del Concepto de Gobernanza Pública: el futuro tecnológico

Marcelo Machado de Freitas
Doutor em Contabilidade (UFSC)
mmf.marcelofreitas@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0001-9767-7285>

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente
Doutor em Administração (UFSC)
Universidade Federal de Santa Catarina
ernesto.vicente@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0002-1992-9982>

Luana Caroline da Silva
Mestra em Contabilidade (UFSC)
luana.s07@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4097-8698>

Fabírcia Silva da Rosa
Pós-Doutora em Contabilidade (UFSC)
Universidade Federal de Santa Catarina
fabricia.rosa@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0003-4212-1065>

Rodolfo Rocha dos Santos
Doutorando em Contabilidade (UFSC)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
rodolforsantos@ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0002-1511-6546>

Resumo

Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo identificar como se desenvolveu o conceito de Governança Pública ao longo do tempo.

Método: Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo em artigos científicos publicados em bases de dados. Ao final do levantamento, identificaram-se 81 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais alinhados às delimitações postas pelos pesquisadores.

Resultados: Autores importantes da área são identificados, como Jacob Torfing e Stephen Osborne. O trabalho deste último autor foi evidenciado como o mais citado. Notou-se que as pesquisas são predominantemente caracterizadas como revisão de literatura, seguidas de *framework*. Percebeu-se que o conceito de Governança Pública é multidisciplinar e tem-se desenvolvido dentro da mudança de três paradigmas da administração pública: a Administração Burocrática, a *New Public Management* e uma última e mais recente, reconhecida como a Nova Governança Pública.

Contribuições: Um conceito foi apresentado envolvendo ideais desses três paradigmas. Visualizou-se por fim, uma tendência de que as tecnologias têm se mostrado importantes no desenvolvimento recente do conceito da Governança Pública, principalmente por meio de movimentos como os Governos Abertos.

Originalidade e relevância: A pesquisa é inovadora no que diz respeito a trajetória histórica do desenvolvimento do conceito de Governança Pública ao longo dos últimos anos, e de propor um conceito englobando os três paradigmas identificados na literatura.

Palavras-chave: Governança Pública. NPG. NPM. Setor Público. E-Governance

Abstract

Objective: *This research aimed to identify how the concept of Public Governance was developed.*

Method: *To this end, exploratory-descriptive bibliographic research was carried out on scientific articles published in databases. At the end of the survey, 81 articles published in national and international journals were identified, in line with the delimitations posted by the researchers.*

Results: *Important authors of the area are identified, such as Jacob Torfing and Stephen Osborne, the latter having the most quoted work of all BP. It should be noted that the concept of Public Governance is multidisciplinary and has developed within three paradigms of public administration: Bureaucratic Administration, New Public Management and last and most recent, recognized as New Public Governance.*

Contributions: *A concept was presented involving the ideals of these three paradigms. Finally, there was a tendency to include issues related to technology in the debate on this topic, mainly through movements such as Open Government and Electronic Governments.*

Originality and relevance: *The research are innovative due to the historical trajectory of the development of the concept of Public Governance over the last years. And to propose a conception encompassing the three paradigms identified in the literature.*

Keywords: *Public Governance. NPG. NPM. Public Sector. E-Governance*

Resumen

Objetivo: *Esta investigación tiene como objetivo identificar el estado del arte del concepto de Gobernanza Pública y presentar cómo se ha desarrollado a lo largo del tiempo.*

Método: *Para ello se realizó una investigación bibliográfica, de carácter exploratorio-descriptivo, en artículos científicos publicados en bases de datos. Al final de la encuesta, se identificaron 81 artículos publicados en revistas nacionales e internacionales, de acuerdo con los límites establecidos por los investigadores.*

Resultados: *Se identifican autores importantes en el área, como Jacob Torfing y Stephen Osborne. La obra de este último autor fue destacada como la más citada. Se observó que la investigación se caracteriza predominantemente como una revisión de la literatura, seguida de un marco. Se notó que el concepto de Gobernanza Pública es multidisciplinario y se ha desarrollado dentro del cambio de tres paradigmas de la administración pública: la Administración Burocrática, la Nueva Gestión Pública y un último y más reciente, reconocido como Nueva Gobernanza Pública.*

Contribuciones: *Se presentó un concepto que involucra los ideales de estos tres paradigmas. Finalmente, se vio una tendencia de que las tecnologías han sido importantes en el desarrollo reciente*

del concepto de Gobernanza Pública, principalmente a través de movimientos como los Gobiernos Abiertos.

Originalidad y relevancia: *La investigación es innovadora en cuanto a la trayectoria histórica del desarrollo del concepto de Gobernanza Pública en los últimos años, y proponer un concepto que abarque los tres paradigmas identificados en la literatura.*

Palabras-clave: *Gobernanza Pública. NPM. NGP. Sector público. E-Governance.*

1. Introdução

As sociedades modificaram-se nas últimas décadas, entretanto, com raras exceções, seus governos continuaram a administrar o setor público de maneira muito similar à que fizeram por séculos. O conceito de Estado, proposto por Aristóteles entre 330 a.C e 323 a.C, em sua obra “A Política”, persiste nos diversos países ao redor do mundo: um Estado usualmente dividido em três poderes onde a população tem pouca participação nas decisões públicas, muitas vezes restringindo-se ao direito de eleger seus representantes. Foi somente nas últimas décadas que o modelo administrativo público passou a ser questionado ao redor do mundo em diferentes frentes. Exigiu-se, dentre outras coisas, uma maior transparência, ética, prestação de contas e *accountability* pelos atos cometidos pela administração.

Nesse sentido, uma nova maneira de governar as sociedades passou a ganhar destaque, e o conceito de Governança passou a fazer parte da discussão acadêmica e profissional. Mas afinal, o que é Governança e porque ela se tornou tão discutida? Sabe-se que ela tem origem da palavra Governo e do ato de governar e às vezes são até mesmo reconhecidas como sinônimas. Entretanto, não o são. Apesar de suas origens públicas, o conceito se consolidou bastante na área privada. A Governança Corporativa (GC) ou Governança das Corporações foi explicitamente expressa no relatório de Cadbury, em 1992, mas as ideias por trás da GC remontam dos estudos de Coase (1937) e principalmente de Jensen e Meckling (1976), o qual viam a necessidade de um monitoramento e controle sobre os administradores, em face das características das firmas e daqueles que os à administram. Características essas já descritas em 1776 por Adam Smith em sua obra “Riqueza das Nações”: não é possível esperar que os gestores das empresas cuidem do dinheiro de outras pessoas da mesma maneira como fariam com o seu.

O setor público, todavia, não esteve isento de reflexões sobre o tema, já que afinal os gestores públicos também administram o dinheiro alheio. Nesse sentido, têm-se o surgimento da expressão Governança Pública (GP). Todavia, esse conceito parece mais abstrato e de maior dificuldade de conceituação do que aquele do âmbito privado. Apesar disso, sabe-se que ele possui diferentes vertentes e, sem ter a intenção de esgotar todas as definições possíveis, vale salientar duas predominantemente conhecidas.

A primeira delas relaciona a GP a um movimento alinhado com as práticas realizadas pelo setor privado e, dessa forma, procura entender e administrar o público dessa maneira.

Hood (1991) foi pioneiro em apresentar a expressão *New Public Management* (NPM) ou Nova Gestão Pública, que tem como principais ideais aqueles adotados durante o período de Margaret Thatcher, no Reino Unido. Essa formulação deu atenção à gerência do serviço público e uma maior preocupação à performance dos serviços públicos, os custos, a desagregação das funções, do crescimento do uso da lógica de mercado e da competição como um meio de alocar os recursos mais adequadamente. A NPM, no entanto, não é isenta de críticas pois distancia-se de uma orientação voltada para o cidadão e preocupa-se mais com o “valor do dinheiro” (Kickert, 1997).

Uma outra vertente, entende a GP como uma prática democrática, que envolve a participação popular na coprodução de serviços, constituindo-se de distintos atores, como organizações sociais, a população, órgãos de controle e assim por diante (Kickert, 1997). Apesar de correntes ideológicas difusas, a NPM e a GP defendida por Kickert (1997) possuem muitas semelhanças e se confundem repetidamente dentro da literatura. Além dessas duas correntes, poderiam ser citados outros movimentos que têm ganhado destaque e que também podem ser entendidos como GP: governança de redes (Klijn & Koppenjan, 2012), coprodução de controle, monitoramento, serviços (Bovaird, 2007) e mais recentemente um movimento que se tem denominado de *New Public Governance* (NPG) ou a Nova Governança Pública (Lindsay *et al.*, 2014).

Nesse sentido, é importante questionar se existe uma linha que divide todos esses tipos de governança utilizados no setor público, já que o conceito da GP continua limitado e confuso (Wiesel & Modell, 2014). Também não se tem uma delimitação clara de como esse conceito se desenvolveu ao longo dos anos e como ele é utilizado nas diferentes áreas de conhecimento. Dessa forma, o presente trabalho tem como questão de pesquisa: como se desenvolveu o conceito de Governança Pública?

O tema ganha destaque quando se observam os diversos problemas operacionais que economias estão enfrentando por restrições orçamentárias, como é o caso da Grécia, Espanha, Brasil e tantos outros. O Governo, por meio da administração pública, não pode e nem deve deixar de atender às demandas sociais de suas populações. Entretanto, sem os recursos necessários isso é inviável. Nesse sentido, ela precisa administrá-los da melhor maneira possível. Levando em consideração o que foi mencionado anteriormente, conhecer o **estado da arte** sobre o que de fato entende-se por GP é fundamental para que se possa transformar esse conceito em práticas úteis para os governos, população, sociedade civil etc. Na presente pesquisa o estado da arte será conhecido por meio de uma revisão literária sobre o tema.

2. Metodologia da Pesquisa

Quanto ao objeto, esta pesquisa é exploratório-descritiva (Gil, 2010), pois visa identificar na literatura o conceito de governança pública e descrever as características das publicações. No que se refere à coleta de dados, por ter como dados de análise os artigos científicos já publicados (dados secundários) em bases de dados, fez uso da pesquisa

bibliográfica. Por essa seleção demandar a interação dos pesquisadores (dados primários), ou seja, resultar de escolhas (delimitações) durante o processo de seleção do Portfólio Bibliográfico – PB, classifica-se também como pesquisa-ação (Richardson, 1999).

Para selecionar o PB, foram utilizadas as bases de dados *Web of Science*, *Scopus*, *Science Direct*, *Emerald*, *Gale*, *Spell* e *Scielo*, considerando não limitar o período para a coleta dos artigos, e pesquisando a palavra-chave “*public governance*” ou “*governança pública*” que deveriam constar no título, resumo ou palavras-chave dos artigos. Como a maior parte dos trabalhos acadêmicos possui resumo e palavras-chave em língua inglesa, a pesquisa por “*public governance*” abrange um universo de artigos suficiente para permitir que o objetivo da pesquisa fosse alcançado. Foi aplicado o filtro de tipo de trabalho acadêmico, restringindo a *article* (artigos) e *in press* (artigos no prelo). Como a pesquisa possui a necessidade de se compreender a evolução do conceito de Governança Pública, optou-se por não realizar nenhuma limitação de data inicial de publicação. Além disso, foram analisados artigos publicados até o ano de 2018.

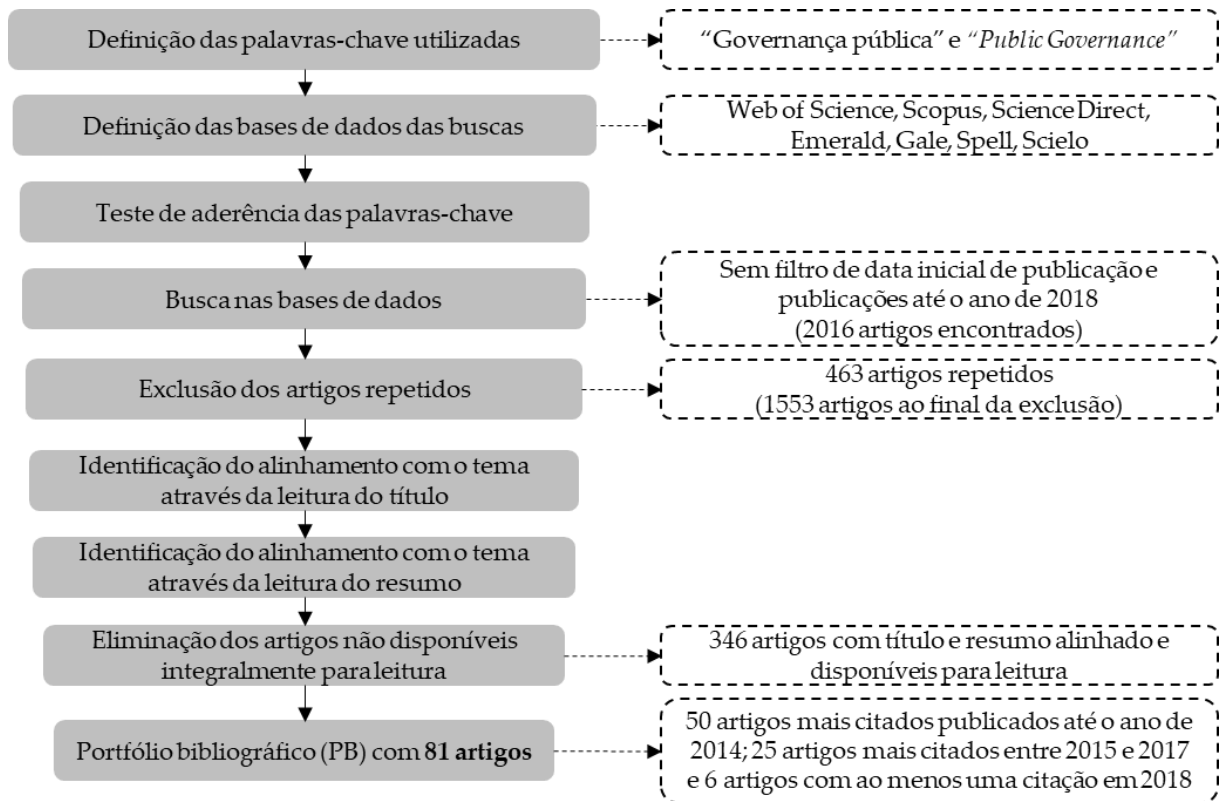
O início do processo de seleção foi deflagrado com a identificação de 2016 artigos, os quais: 460 resultaram da base *Web of Science*; 503 da base *Scopus*; 575 da *Science Direct*; 143 da *Emerald*; 161 da *Gale*; 152 da *Spell*; e 22 artigos resultaram da base *Scielo*. Seguindo o processo, os artigos foram exportados para o *software* de gerenciamento de artigos científicos – Mendeley – onde foi realizada a exclusão dos artigos repetidos (436 artigos) resultando em 1553 artigos para análise dos títulos e resumos. Levando em conta o alinhamento do tema e a disponibilidade de acesso aos artigos para leitura na íntegra, obteve-se um portfólio bibliográfico de 346 artigos.

Desse portfólio, foram selecionados os 50 artigos mais citados nacionalmente e internacionalmente publicados até o ano de 2014, pois se entende que as pesquisas mais citadas são as que mais geram contribuições para os estudos da área (Avkiran, 2013; Ederington, 1979; Garfield, 1955). Como os artigos foram extraídos de bases de dados distintas, optou-se por utilizar as citações do *Google Scholar* para evidenciar os trabalhos que foram mais citados. A escolha de se selecionar os 50 mais citados foi intencional, justificada pela necessidade de se ter uma quantidade razoável de artigos para alcançar o objetivo da pesquisa, e que também fosse um volume razoável para que os pesquisadores desta pesquisa pudessem ler e analisar esses artigos, porém destaca-se como uma das limitações do trabalho Como somente a seleção dos trabalhos mais citados poderia excluir artigos mais recentes da análise, já que artigos com mais tempo de publicação possuem maiores chances de serem citados, Foram selecionados ainda os 25 artigos mais citados publicados no período de 2015 a 2017 e os 6 artigos do ano de 2018 que haviam recebido citações. Desta maneira, o portfólio bibliográfico desta pesquisa é composto por 81 artigos científicos.

A síntese das etapas que conduziram ao portfólio bibliográfico desta pesquisa pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1

Processo de Seleção dos Artigos do Portfólio Bibliográfico (PB)



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

A análise bibliométrica teve por objetivo inicial quantificar as informações existentes e, para os destaques de cada uma das variáveis definidas, qualificar essas informações para aprofundar o conhecimento sobre o tema. Dessa forma, a análise bibliométrica é uma técnica para o mapeamento dos principais autores, instituições, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema. Nessa pesquisa levou-se em consideração: período, periódicos, autores, número de citações, palavras-chave e abordagem metodológica. Para identificar as metodologias de pesquisa utilizadas pelos autores, utilizou-se a classificação de Birnberg *et al.* (1990) e Hesford *et al.* (2007), conforme Tabela 1.

Tabela 1

Metodologias de Pesquisa

Métodos de Pesquisa	Definição
Análítica	Envolve o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno.
Arquivo/Documental	Envolve a utilização de informações que ainda não tiveram um tratamento científico.
Campo	Envolve a investigação de fenômenos, inclusive pessoas, procedimentos e estruturas em duas ou mais organizações.
Caso	Envolve a investigação de fenômenos, inclusive pessoas, procedimentos e estruturas em uma única organização.
Experimental	Envolve a manipulação e tratamentos na tentativa de estabelecer relações de causa-efeito nas variáveis investigadas.
Framework	Envolve o desenvolvimento de um novo conceito, de novas perspectivas.
Levantamento	Envolve a investigação de um grupo de pessoas, geralmente realizado via a aplicação de questionário.
Revisão	Envolve basicamente síntese e revisão de literatura já conhecida.

Fonte: Birnberg *et al.* (1990) e Hesford *et al.* (2007).

Para melhor entendimento das palavras-chaves utilizadas pelos trabalhos analisados, foi apresentada uma nuvem de palavras. Quanto mais vezes a palavra ou expressão foi apresentada pelos trabalhos, maior ela apareceu na nuvem. Para maior precisão, algumas das palavras-chaves foram ajustadas, sem que seu sentido fosse modificado. Fez-se isso com o objetivo de agrupar palavras iguais, mas que por algum motivo haviam sido escritas de maneira distintas. Para a criação dessa nuvem, foi utilizado o *website* www.wordclouds.com.

Finalmente para a análise dos objetivos almejados, os artigos foram lidos na íntegra a fim de buscar a definição de Governança Pública. Vale ressaltar que para a elaboração adequada da evolução do conceito, fez-se necessário ir além do portfólio levantado, utilizando-se das respectivas referências desses trabalhos. Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas *Microsoft Office Excel*. Com base nas prerrogativas apresentadas, a seguir apresenta-se a análise de resultados dos artigos que compõem o portfólio bibliográfico desta pesquisa.

3. Resultados e Discussões

Nessa seção são expostas as características de cada uma das 81 publicações científicas e o conceito de governança pública exposto nesses trabalhos. Importante já destacar que nem todos os trabalhos delimitavam um conceito de Governança Pública. Ainda assim, por serem trabalhos alinhados ao tema, todas as 81 publicações são devidamente apresentadas no Referencial da presente pesquisa.

3.1 Características do Portfólio Bibliográfico

O quadro 1 apresenta a quantidade de artigos analisados por ano de publicação conforme os critérios de seleção já expostos na seção 2. Conforme o quadro constata-se que as publicações a respeito de Governança Pública tiveram maior ênfase a partir do ano de 2007. O maior número de artigos acerca da temática encontra-se publicada nos anos de 2014 a 2016 com 7, 9 e 12 publicações respectivamente, conforme Tabela 2. Esses resultados apontam para uma maior conscientização sobre a importância do tema em anos recentes.

Tabela 2

Quantidade de artigos por ano de publicação

Anos	Q	Anos	Q	Anos	Q	Anos	Q
1995	1	2004	2	2009	4	2014	7
1997	3	2005	3	2010	4	2015	9
2000	1	2006	3	2011	3	2016	12
2001	1	2007	4	2012	6	2017	4
2003	2	2008	5	2013	2	2018	5

Legenda: Q = Quantidade de artigos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando que a quantidade de citações reflete a relevância científica de um artigo, utilizou-se a ferramenta *Google Scholar* no final de junho de 2018 para a coleta do número de citações. Essa ferramenta permite a consulta das citações que determinado documento recebeu. É importante referir que a metodologia de contagem de citações do *Google Scholar* inclui documentos publicados na *Web* de uma diversidade de fontes. Os cinco trabalhos mais citados do PB da pesquisa podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3

Os cinco artigos mais citados do PB

Citações	Revista	Título	Autores	Ano
1106	<i>Public Management Review</i>	<i>The New Public Governance?</i>	Osborne, S.P.	2006
586	<i>Journal of Management Information Systems</i>	<i>Trust and Electronic Government Success: An Empirical Study</i>	Teo, T.S.H., Srivastava, S.C., Jiang, L.	2008
585	<i>Public Administration</i>	<i>Making Governance Networks Effective and Democratic Through Metagovernance</i>	Sørensen, E., Torfing, J.	2009
543	<i>Public Administration</i>	<i>Public Governance in the Netherlands: an Alternative to Anglo-American 'Managerialism'</i>	Kickert, W.J.M.	1997
457	Revista de Administração Pública	Modelos organizacionais e reformas da administração pública	Secchi, L.	2009

Fonte: elaborado pelos autores.

Dessa maneira, é possível constatar que se destaca com 1106 citações o artigo "*The New Public Governance?*" de Osborne. Esse editorial argumenta que a administração pública passou

por três modos dominantes - um mais proeminente e mais longo, de PA, do final do século XIX até o final dos anos 1970 / início dos anos 80; um segundo modo, da NPM, até o início do século XXI; e um terceiro emergente, da NPG, desde então. Embora foram destacados 5 dos 81 artigos utilizados nesta pesquisa, pode-se inferir que os artigos dessa área possuem um número de citações relevante, inclusive os artigos publicados em um período mais recente.

A Tabela 4 evidencia os periódicos do portfólio bibliográfico que possuem pelo menos duas publicações. O periódico de maior destaque no PB selecionado, é o *"Government Information Quarterly"* com 8 artigos publicados. Em seguida, destacam-se os periódicos *"Public Management Review"*, *"Revista de Administração Pública - RAP"* e *"International Journal of Public Sector Management"*, ambos com 4 artigos publicados. Perante esse resultado, observa-se que o periódico de maior destaque não especificamente é da área de contabilidade ou de administração, sendo da área de tecnologia da informação. A *Government Information Quality* é uma revista que examina a interseção entre políticas, tecnologias da informação, governo e o público. Particularmente a revista preocupa-se em compreender como políticas afetam o fluxo de informação e a disponibilidade das informações governamentais (GIQ, 2022). Como é demonstrado nas análises a seguir, o que explica esse achado é que o movimento da Governança Pública está cada vez mais interconectada com tecnologias da informação, por meio de serviços eletrônicos (*e-Government*) e demandas por mais transparência pública dos entes governamentais. Com isso, os artigos acadêmicos sobre essa área, especialmente os mais recentes, têm se concentrado em temáticas alinhadas com o escopo dessa revista.

Pode-se inferir que a publicação de pesquisas científicas na área de governança pública encontra-se dispersa no que diz respeito aos periódicos, pois, das 52 revistas do PB, 39 possuem apenas uma publicação.

Tabela 4

Periódicos do PB com pelo menos duas publicações

Revista	Q	Revista	Q
<i>Government Information Quarterly</i>	8	<i>Critical Perspectives on Accounting</i>	3
Revista de Administração Pública	4	<i>American Review of Public Administration</i>	2
<i>Public Management Review</i>	4	<i>Public Money & Management</i>	2
<i>International Journal of Public Sector Management</i>	4	<i>Policy and Society</i>	2
<i>International Review of Administrative Sciences</i>	3	<i>Economic Modelling</i>	2
<i>International Journal of Project Management</i>	3	<i>Procedia - Social and Behavioral Sciences</i>	2
<i>Public Administration</i>	3	-	-

Legenda: Q = Quantidade de artigos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação às abordagens metodológicas utilizadas pelos estudos analisados, observou-se o seguinte na Tabela 5:

Tabela 5

Abordagens metodológicas do PB

Metodologia	Quantidade de artigos	Percentual (%)
Revisão	22	27,16
Framework	21	25,93
Estudo de caso	18	22,22
Levantamento	9	11,11
Analítica	5	6,17
Documental	3	3,70
Estudo de campo	2	2,47
Experimental	1	1,23
Total	81	100

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota-se que entre as abordagens metodológicas destacadas na tabela acima, revela-se a predominância da Revisão da Literatura com 22 artigos, seguidos por *Framework* e Estudo de Caso presentes em 21 e 18 artigos respectivamente. Conforme esses resultados, observa-se uma carência de pesquisa empírica na área, fundamental para dar sustentação prática à teoria. Acredita-se que a pesquisa empírica caracterizada pela observação e experimentação, seja um dos instrumentos científicos que possa trazer maiores contribuições para o desenvolvimento do conhecimento contábil, preenchendo lacunas existentes na compreensão dos diversos fenômenos que o envolvem (Theóphilo, 1998).

Continuando a análise bibliométrica, verifica-se que dentre os autores, Jacob Torfing se destaca com 3 artigos no portfólio bibliográfico analisado. Vale ressaltar que os artigos elaborados por esse autor são classificados como *Framework* quanto a abordagem metodológica. Autores como Stephen Osborne, Eva Sørensen, Walter Kickert, Bryan Evans e Tony Bovaird possuem 2 artigos no PB analisado.

Na Figura 2, podem ser visualizadas todas as palavras-chave apresentadas pelos 81 artigos da presente pesquisa, dos quais foram extraídos os conceitos sobre GP. Cabe ressaltar que 23 artigos não apresentaram palavras-chave. As menores palavras são as que apareceram somente uma vez. As palavras que mais aparecem são *P. Administration* (Administração Pública), *Governance* (Governança), *NPM* (*New Public Management*), *E-government*, e *NPG* (*New Public Governance*). A *accountability* também se destaca quando são analisadas todas as palavras-chave dos artigos analisados. Ao analisar essa primeira nuvem já é possível perceber como o conceito de GP está bastante associado a dois paradigmas - ou concepções ideológicas, como chama Pedersen e Hartley (2008) - da gestão pública, que são a NPM e a NPG (Scupola & Zanfei, 2016). As diferenças e evoluções desses conceitos são mais bem explorados no tópico 3.2, que trata sobre a evolução e o conceito da GP.

(<http://dados.gov.br/>). Essa política pode ser útil e uma forte aliada da GP no que tange ao adequado controle social.

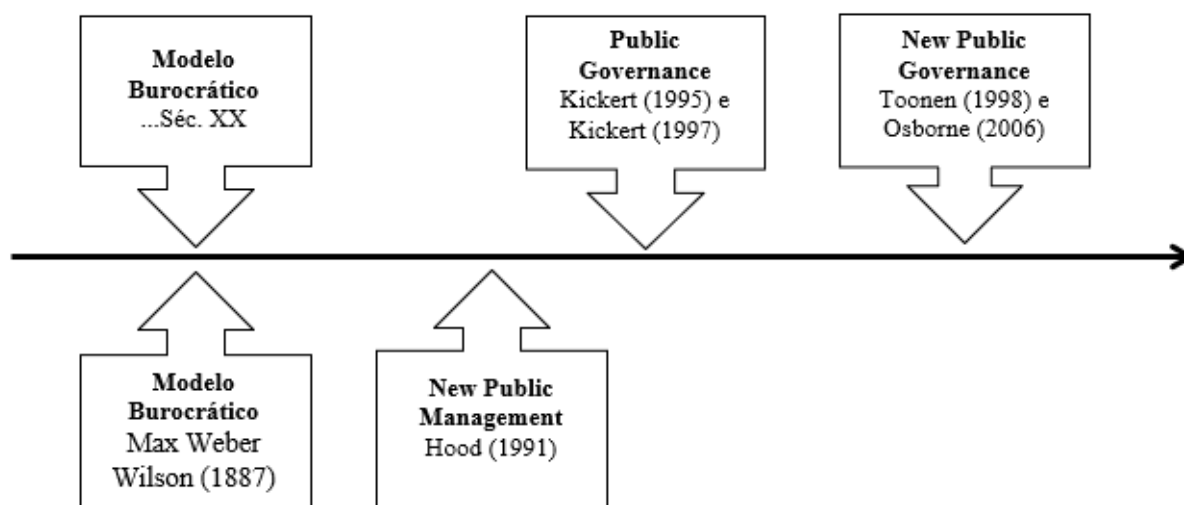
O objetivo de apresentar as palavras-chave utilizadas foi de demonstrar como o termo está sendo utilizado, e fazer uma ligação com o tópico que é apresentado logo a seguir. Essa primeira análise já sinalizam uma tendência para o futuro da GP.

3.2 Evolução e Conceito de Governança Pública

Primeiramente a análise da literatura revela que não há consenso sobre o termo “Governança Pública”, que ele é discutido dentro de uma ampla variedade de disciplinas e que recebeu diversas contribuições ao longo das últimas décadas. Com base nesta compreensão, Osborne (2006) propõe que a administração pública pode ser compreendida em três períodos: 1ª: Modelo Burocrático ou Administração Pública Clássica (chamada pelo autor e por Pyun Gamassou (2018) de *Public Administration* (PA)); 2ª: *New Public Management* (Hood, 1991); e 3ª: a mais recente, a *New Public Governance* (Osborne, 2006). A linha do tempo citada anteriormente pode ser visualizada na Figura 3, que demonstra quais autores que primeiramente apresentaram os paradigmas ou autores de grande referência na área.

Figura 3

Evolução do conceito de Governança Pública e primeiras aparições de seus distintos paradigmas



Fonte: elaborado pelos autores.

Vale ressaltar que muitos dos conceitos apresentados são elaborados a partir de práticas que já vinham ocorrendo no dia a dia do setor público, e desse modo a apresentação ou definição do conceito muitas vezes não coincide com o lapso temporal da prática em questão. Hood (1991), por exemplo, faz referência explícita as reformas que vinham ocorrendo no Reino Unido desde a década de 70 para explicar a NPM. O autor, entretanto, deixa claro

que tais práticas não se restringiam a esse país, e que foram adotadas inclusive pelo Brasil, conforme demonstram Montenegro e Celente (2016).

O Modelo Burocrático - que também é subdividido em pré-burocrático por Secchi, (2009) -, desenvolvido desde praticamente os primeiros anos da existência do setor público, (Osborne, 2006) persistiu como a forma dominante de se administrar o setor durante boa parte do século XX e foi concebido primeiramente por Wilson (1887), apesar de ter sido muito discutido nos trabalhos de Max Weber. Sem querer detalhar todos os aspectos desse período, Osborne (2006) apresenta os elementos-chaves da PA, que são: a dominância da regra da lei (*rule of law*); o foco na administração baseada em regras e guias; o papel central da burocracia na realização e implementação de políticas públicas; a divisão entre 'política-administração' dentro das organizações públicas; o compromisso com o aumento da arrecadação; e a hegemonia do profissional (servidor público) no sistema de prestação de serviços.

Entretanto, a crise do estado e do bem-estar social, desencadeada principalmente na década de 1970, fez acender inúmeras críticas à administração burocrática, rígida e ineficiente do estado (Hood, 1991; Kickert, 1997). Foi nesse período que ocorreram mudanças relevantes nas políticas de gestão pública que deram surgimento a novos pensamentos sobre como a administração deveria ser gerenciada (Secchi, 2009). Apesar de ser difícil delimitar uma data precisa para quando esse processo teve início, foi Hood (1991) que popularizou o conceito da NPM na literatura. Para o autor, a NPM significa a aplicação de valores e princípios do setor privado ao setor público, a fim de aumentar sua eficiência, eficácia e desempenho geral. Não há consenso sobre o que se constitui a NPM, mas a maioria dos autores tende a enxergar o gerencialismo, a desagregação, o incentivo, a descentralização, a desburocratização, a competição e a privatização como alguns de seus princípios fundamentais.

Dentre esses autores, Siddiquee (2010) afirma que no centro dessas mudanças está a ênfase em resultados, redução de custos, eficiência e gerenciamento flexível. Com esses recursos, o NPM marca um afastamento da administração tradicional orientada a regras e processos para uma gestão flexível e baseada em resultados. Na mesma linha, Montenegro e Celente (2016) pressupõe que o enfoque central da NPM é a adaptação para o setor público de práticas de gestão do setor privado, como a ênfase no controle dos resultados da gestão. Observa-se que na NPM o governo deve ser eficaz, orientado para o mercado, para a missão, para os clientes, antecipatório, descentralizado (Pyun & Gamassou, 2018), com maior responsabilidade, maior foco nos resultados e melhor desempenho (Khodachek & Timoshenko, 2018). Sendo assim, o surgimento da NPM foi associado principalmente à necessidade premente de reduzir o setor público ao delegar responsabilidades para o setor privado (Budd, 2007; Montenegro & Celente, 2016; Khodachek & Timoshenko, 2018; Mota & Moreira, 2015; Siddiquee, 2010).

As ideias apresentadas por esses autores, todavia, não estão livres de controvérsias. Pedersen e Hartley (2008) argumentam que a rotulação de discursos de modernização e melhoria recentes no NPM é inadequada, porque a NPM é insuficiente para capturar aspectos importantes dos regimes de governança em evolução. Pyun e Gamassou (2018), salientam

que as práticas sugeridas pela NPM, como a economicidade, eficiência e produtividade, já estavam presentes na administração pública clássica entre a década de 60 e 70, disseminadas pelo movimento chamado de *New Public Administration* (NPA). Além disso, afirmam que a NPM propõe pouca resposta coletiva para resolver os problemas sociais como a pobreza persistente, o desemprego e tornar a sociedade coesa.

Para Torfing e Triantafyllou (2013) a formulação de políticas e a prestação de serviços devem ser melhorados, mas não pelo aumento da competição e da escolha, e sim com mais cooperação, negociação e participação ativa de partes interessadas relevantes, que são formuladas de maneira a incorporar seus conhecimentos, ideias e recursos. No entanto, a governança dentro do modelo NPM vê os cidadãos como consumidores de serviços e procura devolver o poder dentro da estrutura das instituições estruturadas de consumo (Massey, 2019).

A governança era há muito tempo considerada no âmbito da administração pública como sinônimo de governo: a formulação e implementação pelo estado administrativo de políticas públicas destinadas a alcançar objetivos sociais expressos por meio de ações de instituições democráticas devidamente constituídas (por exemplo, Stoker (1998) e Krahnman (2003)). Dessa perspectiva, governança significava a promulgação e implementação de leis e regulamentos que são impostos pelas burocracias públicas. Nos anos 80 essa visão passou a ser questionada e os termos *Public Governance* e NPG passaram a ser de uso comum. A GP começou a ser conceituada, compreendendo não apenas a ação estatal, mas também governos, organizações da sociedade civil e empresas com fins lucrativos que se associavam em prol da consecução de objetivos sociais e comunitários (Lynn Jr. & Malinowska, 2018).

De acordo com Peci *et al.* (2008) o termo GP desenvolveu-se de maneira paralela a NPM. Para os autores, governança é um conceito essencialmente democrático: a redução do Estado como consequência das reformas neoliberais (NPM) pode ter diminuído seu peso e transformado seu papel, mas o aumento das parcerias com o setor privado e com o terceiro setor também é impulsionado pela crescente pressão da sociedade. Secchi (2009) entende que é justamente esse modelo horizontal de relação entre autores públicos e privados, que denota uma estrutura pública menos hierárquica e menos monopolista, que faz a GP também ser relacionada às ideias neoliberalistas.

A GP reconhece a importância das organizações públicas na rede de articulação com o privado. Diferentemente da NPM, cujo principal foco são as práticas intraorganizacionais, a governança estimula as redes interorganizacionais como formas alternativas para o alcance do interesse público. De fato, redes interorganizacionais, intersetoriais e gestão integrada podem ser implementadas gradativamente, em diversos contextos socioculturais, adaptando-se às suas características (Bauer *et al.*, 2012; Peci *et al.*, 2008).

A GP exige mais do que efetivamente e eficientemente administrar os negócios do governo. Tem um significado mais amplo do que a interpretação restrita do conceito de administração. A governança pública está relacionada à legalidade e legitimidade, além de valores comerciais estritos, sendo uma atividade complexa que envolve a direção de redes complexas em setores de políticas sociais (Biermann & Gupta, 2011; Kickert, 1997; Pallot, 2003).

Bovaird e Löffler (2003) e Bovaird (2005) definem GP como as formas pelas quais as partes interessadas interagem umas com as outras para influenciar os resultados das políticas públicas. Tem como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento sustentável para todos os participantes (Kissler & Heidemann, 2006).

Uma governança pública transparente vai além da divulgação dos instrumentos de transparência fiscal, mas estende-se à concretização do conceito de *accountability*, quando possibilita que os cidadãos acompanhem e participem efetivamente dos atos da administração pública que causam impactos em toda a sociedade (Cruz et al, 2012; Dwivedi *et al.*, 2011; Monfardini, 2010; Phusavat *et al.*, 2009). Portanto, as características da boa governança pública incluem maior transparência e responsabilidade (Al-Hujran *et al.*, 2015).

A GP envolve recursos públicos e serviços fornecidos por qualquer permutação de organizações governamentais, privadas e da sociedade civil, como o setor voluntário (Dias & Rafael, 2007; Evans *et al.*, 2005; Haque, 2000; Lynn Jr. & Malinowska, 2018; Scupola & Zanfei, 2016; Stone & Ostrower, 2007). Compreende também a prestação de serviços governamentais por organizações privadas e do terceiro setor, com a necessidade de colaboração e nível de envolvimento da comunidade. Abarca o exercício de poder, autoridade e/ou influência por uma ampla gama de atores na junção de políticas, serviços, estruturas, processos e sistemas em arranjos que se estendem por fronteiras departamentais, governamentais e/ou setoriais.

Atores também podem se engajar em outras áreas da atividade do setor público, como questões de planejamento e desenvolvimento (por exemplo, através de orçamentos participativos (Kuruppu *et al.*, 2016) e onde recursos escassos são alocados); disputa e resolução de conflitos; e na gestão de ativos sociais, incluindo terras e edifícios (Millard, 2015). Importante para a governança pública é a rede de atores, integrando serviços e engajando a comunidade nesse nível micro (Benz & Frey, 2007; Humphrey & Miller, 2012; Johnston, 2015; Klijn & Koppenjan, 2012; Millard, 2015; Sørensen & Torfing, 2009).

A GP progride cada vez mais em negociações pluricêntricas entre atores relevantes e afetados, interagindo com base na interdependência, confiança e regras, normas e discursos desenvolvidos em conjunto. O surgimento da rede de governança é estimulado pela persistente crítica das formas tradicionais de governança em termos de hierarquias e mercados, por serem, respectivamente, excessivamente rígidas e reativas (Sørensen & Torfing, 2009). Argumenta-se que governar é a totalidade de interações, nas quais atores públicos e privados participam, visando resolver problemas sociais ou criando oportunidades sociais, com instituições especializadas sendo frequentemente criadas para esse fim. A GP representa, portanto, a inclusão da sociedade civil e dos grupos de interesse econômico, profissional e social na consideração do que significa governar e fazer e implementar políticas públicas (Massey, 2019).

Recentemente, a complexidade na gestão governamental aumentou, não sendo possível concentrar esforços somente nos processos administrativos ou na gestão

intraorganizacional, preocupações centrais da PA e da NPM. Em vez disso, deve-se dar espaço a um paradigma mais amplo, que enfatize tanto a preocupação com os relacionamentos interorganizacionais (ou até mesmo intersetoriais), quanto a eficácia da prestação dos serviços públicos. Foi dessa necessidade que nasceu a Nova Governança Pública (Osborne *et al.*, 2013; Pyun & Gamassou, 2018). Apesar do termo ter sido primeiramente cunhado por Toonen (1998), foi Osborne (2006) em sua concepção primária, que o descreveu de maneira mais aprofundada. Em seu trabalho, o autor reconheceu que a NPG combina pontos fortes da PA e da NPM, e que tem como ponto central a legitimidade e a interrelação dos processos de formulação e implementação de políticas e da prestação de serviços. Em outras palavras, reforça a ideia de que a colaboração (Brunet & Aubry, 2016; Klumb & Hoffmann, 2016) e a coprodução do setor público (Laitinen *et al.*, 2017; Pyun & Gamassou, 2018) constituem pontos-chaves da NPG.

Bao *et al.* (2013) destacam duas outras características desse novo paradigma. A primeira é que a NPG se preocupa em promover o bem comum maior, e não apenas a melhoria da eficiência, da eficácia ou da capacidade de resposta na implementação de um determinado programa. A segunda está na ênfase dada à importância da criação de processos que facilitem a geração de acordos implementáveis entre diversas partes interessadas, que podem discordar ou concordar sobre o melhor curso de ação a ser tomada para maximizar o valor público. Tais acordos são chamados por Brunet e Aubry (2016), Hyndman e Liguori (2016) e Pyun e Gamassou (2018) de contratos relacionais. Outro ponto importante da NPG são as redes interorganizacionais existentes (Hyndman & Liguori, 2016; Khodachek & Timoshenko, 2018; Pyun & Gamassou, 2018) e seu papel em tornar os governos mais eficazes e legítimos (Hintea *et al.*, 2015; Hyndman & Liguori, 2016).

Há autores, como Rhodes (2016) que consideram a NPG como uma das “levas” da NPM (mais precisamente, a terceira), enquanto outros a entendem como um período pós-NPM (Brunet & Aubry, 2016). Lapsos temporais a parte, essa nova concepção de governança pública desencadeou uma série de pesquisas que passaram a utilizar e detalhar o termo com maior frequência. Com raízes na teoria institucional (Brunet & Aubry, 2016), na teoria das redes (Brunet & Aubry, 2016; Laitinen *et al.*, 2017; Sørensen & Torfing, 2017) e em teorias da sociologia (Laitinen *et al.*, 2017), a NPG defende uma administração pública que entenda o Estado como plural (no qual múltiplos atores interdependentes contribuem para a prestação de serviços públicos) e pluralista (onde múltiplos processos informam o sistema de formulação de políticas) (Brunet & Aubry, 2016; Pyun & Gamassou, 2018; Torfing & Triantafillou, 2013), em oposição ao estado desagregado defendido pela NPM (Hyndman & Liguori, 2016).

Pyun e Gamassou (2018) reforçam que a lógica NPG também difere da NPM em termos de preferência legislativa (procura um reforço da orientação cidadã em oposição à melhoria do desempenho econômico), das estruturas e formas ou da organização (redes colaborativas em vez de mercados competitivos) e, conseqüentemente, em termos de controle (processos interorganizacionais *vs outputs*) e aspectos-chaves de desempenho (eficácia e satisfação do cidadão *vs* eficiência e resultados financeiros). Em esforço similar, Hyndman e Liguori (2016)

complementa que a NPG enfatiza processos e resultados (*outcomes*) de serviços (em vez de *inputs* e *outputs* de serviços); a relação com parceiros organizacionais externos não públicos (em vez de relacionamentos de mercado); e coloca sua fé em valores neocorporativos (e não na eficácia da concorrência e do mercado).

Apesar das diferenças, algumas características da NPG são semelhantes à da NPM, como a preocupação com a medição e o com gerenciamento do desempenho (Khodachek & Timoshenko, 2018), com a eficiência e com a *accountability* (Brunet & Aubry, 2016). Esta última, todavia, se torna mais complexa e multifacetada nesse Estado fragmentado e plural. Apesar dessa característica, o governo continua sendo uma peça central dentro dessa rede que envolve diversos *stakeholders* (Brunet & Aubry, 2016; Rhodes, 2016). Outro ponto de convergência se dá na importância da inovação para o setor público. Entretanto, a NPM e a NPG divergem em como isso poderia ser alcançado: a primeira acredita na competitividade, enquanto a segunda valoriza a colaboração como o caminho a ser seguido (Sørensen & Torfing, 2017).

Khodachek e Timoshenko (2018) nota que, apesar de não haver consenso, em alguns aspectos, a NPG teoriza a redução do governo e converge em outros pontos com a NPM. De acordo com os autores, a lógica da NPG também se sustenta em alguns pilares: parcerias (público, privado e terceiro setor), transparência, orçamentos participativos e a aproximação das diversas partes interessadas. Alinhado a isso, Pyun e Gamassou (2018) comentam que ela também tem o potencial de fornecer uma estrutura para incluir a avaliação do setor voluntário.

Evans e Sapeha (2015) é um dos poucos autores que enfatizam que a governança de políticas públicas é uma vertente da NPG, e que ela também preocupa-se com a forma como as elites e as redes de políticas interagem para criar e governar o processo de políticas públicas. Hintea *et al.* (2015) salienta outras reivindicações da NPG como o aumento no uso de mecanismos de ajuste mútuo e controle horizontal. Além disso, de acordo com os autores, a NPG deveria encorajar um alto nível de participação pública e colaboração com as partes interessadas locais; desenvolver redes e parcerias com *stakeholders* externos para diferentes fases do processo; e garantir que princípios como transparência, responsabilidade, sustentabilidade e integridade sejam refletidos no processo.

Sobre a visão dos funcionários públicos, Torfing e Triantafillou (2013) comentam que a NPG adota uma visão mista (egoístas x altruístas), diferente da racionalidade maximizadora de utilidade individual, presente na NPM. Os autores ainda salientam que muitas coisas podem dar errado e dificultar as conquistas potenciais do NPG. Para isso sugerem o que talvez seja um novo estágio de governança, nomeado pelos autores como metagovernança: ou em outras palavras, a governança da governança.

Em resumo, percebe-se que embora a NPG e a GP tenham muitos pontos convergentes entre si (como a importância da colaboração entre diferentes atores), a NPG enfatiza também a importância para a aproximação do governo das práticas aplicadas no setor privado. Com isso, muitos autores deixam evidente a importância de se procurar a eficiência e eficácia dentro da administração pública, enquanto incentiva-se a participação colaborativa dos diversos atores relacionados.

Sem se prender necessariamente a um dos paradigmas (NPM ou NPG), uma vertente de trabalhos mais recentes procura associar a tecnologia da informação e comunicação (ICT), dentre elas o *e-Government*, à governança pública. É importante ressaltar que a ICT e o *e-Government* não são tecnologias ou movimentos relativamente novos. São assuntos que já são discutidos há pelo menos duas décadas na literatura, conforme evidenciado no PB da presente pesquisa. Seus impactos na administração pública, todavia, continuam sendo estudados.

Kamolov (2017) é um dos autores que se preocupa em evidenciar como se deu a evolução da ICT no setor público. De acordo com o autor, o primeiro estágio que pôde ser visualizado foi o movimento chamado *e-Government* (1990 até atualmente), seguido do *Open Government* (2000 até atualmente), do *Smart Government* (Governo Inteligente) – ponto onde a sociedade atualmente encontra-se - e do *i-Government*, que é último estágio do desenvolvimento, onde ocorreria então a singularidade tecnológica e a Internet de Tudo. Kamolov (2017) define *e-Government* ou Governo Eletrônico como sendo o uso de ferramentas e aplicativos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de aumentar a transparência e a *accountability* do governo na administração pública, melhorar a prestação de serviços públicos e o acesso à informação (Al-Hujran *et al.*, 2015). Além disso, tem-se reconhecido na literatura a capacidade da ICT e dos governos eletrônicos em reduzir a corrupção (Lee & Lio, 2016) e transformar positivamente a GP (Al-Hujran *et al.*, 2015; Hardy & Williams, 2008; Lee & Lio, 2016; Teo *et al.*, 2008). Contrariando parte da literatura, Siddiquee (2016) usa o termo *e-Governance* como sinônimo de *e-Government*. Cabe ressaltar, todavia, que o termo *e-Governance* ainda parece ser pouco utilizado.

Um movimento que tem ganhado força recentemente é conceituado por Karakizaa (2015). Conforme o autor, *Open Government* (Governo Aberto) refere-se a um sistema de governança transparente, acessível e responsivo, onde toda informação consegue se mover livremente, tanto na direção do cidadão para o governo, como também na direção do governo para o cidadão. É esse duplo fluxo de informação que em alguns aspectos diferencia o *Open Government* do *e-Government*. O autor complementa que isso é possível por meio de uma infinidade de canais. Além disso, para que se existam Governos Abertos é preciso que os dados sejam abertos, e dessa forma, faz-se necessário conceituá-los. Nesse sentido, Bates (2014) comenta que *Open Government Data* (Dados Governamentais Abertos) é uma política de informação que fornece uma estrutura particular para governar a reutilização, por terceiros, de conjuntos de dados produzidos pelas instituições públicas, e que podem ser usados livremente, reutilizados e distribuídos por qualquer pessoa (Karakizaa, 2015).

A análise dos artigos mais atuais do PB (principalmente trabalhos publicados após 2015) permite perceber que muitos já discutem a necessidade da existência dos Governos Abertos para a boa governança. Com isso, quer-se mostrar que parece inconcebível, dado as possibilidades tecnológicas atuais, conceituar a GP ou a NGP sem levar em conta as oportunidades que o uso dessas ferramentas permite à população no controle da administração pública. Karakizaa (2015) reforça que é à medida que a sociedade se move para o fortalecimento desse campo, os cidadãos passarão a assumir um papel ativo e se tornarão

parceiros, coproduzindo informações e serviços, e por que não, coproduzindo controle? Lee *et al.* (2014) avançam ainda mais e comentam sobre um futuro preocupado com assuntos ainda pouco discutidos, como o caso da Governança das Cidades Inteligentes. Um exemplo prático e atual da utilização dessas ferramentas é o projeto sem fins lucrativos *Serenata de Amor*, que busca utilizar a tecnologia a favor do controle social. O lema do projeto é “Inteligência artificial para controle social da administração pública” e já vem rendendo frutos no controle do Congresso Nacional (*Serenata*, 2018).

Apesar disso, ao analisar os conceitos da NPM, GP ou da NPG, apresentados por distintos autores, não foi possível notar explicitamente nenhuma referência a esse aspecto. Quando as tecnologias deixam de ser simples ferramentas e passam a ser coprodutoras de informação e controle, como é o caso da *Serenata de Amor*, será que ela não deveria passar também a integrar o conceito de uma verdadeira Nova Governança Pública?

Sintetizando tudo o que foi exposto, pode-se perceber que os conceitos de NPM, GP e NPG são inter-relacionados e talvez devessem ser conceituados dessa maneira. Acrescentar ideias presentes na governança utilizada no setor privado (Governança Corporativa) e em certo grau defendidas pela NPM, como por exemplo, as formas de controle com busca da eficiência, transparência e *accountability*, a um maior incentivo à co-produção de serviços e controle público, que envolva diversos *stakeholders*, como as ideias apresentados pela NPG, parece ser um caminho viável para enfrentar os problemas gerenciais, fiscais e sociais da administração pública que ocorrem em diversas partes do mundo (como elevados déficits e serviços públicos insatisfatórios). Além disso, fica evidente que poucos autores incorporam as tecnologias ao conceito de GP.

Nesse sentido, a presente pesquisa propõe conceituar a Governança Pública como um sistema complexo, cujo objetivo principal é a criação de valor público, que envolve diversos atores (*stakeholders*), dentre eles entes públicos, privados, terceiro setor e sociedade civil, que são interessados tanto nos resultados (como por exemplo, a diminuição da taxa de mortalidade infantil), quanto nos insumos utilizados (recursos advindos dos impostos, por exemplo). Desse modo, a preocupação com eficácia e com a eficiência permanecem e a participação cooperativa da administração pública é incentivada. Entretanto, esse sistema parece necessitar que o ponto de encontro das ações continue sendo a própria administração pública, mas que isso seja administrado e controlado pelos diferentes *stakeholders*, sempre que possível. É uma via de mão dupla: controlar e ser controlado. Buscando uma gestão democrática, o dever de transparência e *accountability* torna-se fundamental para a consolidação da governança. Caminhos para isso se multiplicam à medida que políticas como a dos Governos Abertos se solidificam e novas tecnologias (como o uso de inteligência artificial) se tornam baratas e acessíveis. Desse modo, a Governança Pública é também a maneira como o setor público e os serviços públicos são dirigidos e controlados por meio de pessoas e processos automatizados. O conceito de governança pública, portanto, deve estar vinculado a participação da sociedade nas etapas decisórias, à execução de controle das políticas públicas e à legitimidade do exercício do poder dessa complexa rede.

4. Conclusão

O objetivo deste estudo foi identificar como se desenvolveu o conceito de Governança Pública. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo em artigos científicos publicados em bases de dados. Ao final do levantamento, identificaram-se 81 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais alinhados às delimitações postas pelos pesquisadores. Os trabalhos foram analisados no intuito de fazer uma análise bibliométrica e cunhar um conceito de Governança Pública.

O levantamento bibliográfico evidenciou o trabalho de Osborne (2006) como o mais citado. Seu artigo deu luz à *New Public Governance*, que desde então passou a ser utilizado com bastante frequência na literatura. Diante do objetivo da pesquisa, percebe-se que desde o período pós-burocrático, três conceituações predominantes da GP podem ser visualizadas: a NPM, a própria GP e a NPG. Fica também evidente que os conceitos de GP apresentados pela literatura são muito similares aos conceitos da NPG, o que pode levantar um questionamento se de fato a NPG é realmente “Nova”. E se de fato é nova, no que avança? Sugere-se estudos que reflitam sobre a NPG e se ela compreende um “novo” entendimento de Governança Pública. Alguns estudos tratam a NPG como Pós *New Public Management*.

Compreendendo o contexto como um todo, a presente pesquisa contribuiu com a literatura quando, ao analisar de maneira aprofundada 81 artigos acadêmicos sobre o tema, apresenta uma conceituação própria da GP, conectando todas as vertentes ou paradigmas atualmente existentes. Não se quer com isso minimizar outros entendimentos. Além disso, ressalta-se que o PB se restringe a uma parte do conjunto de trabalhos que abordam o tema, e que a discussão sobre a conceituação da GP ainda não se encontra encerrada na literatura. A presente pesquisa também contribui ao demonstrar o alinhamento evidente entre a evolução da GP e o surgimento de novas tecnologias. Futuras pesquisas sobre a temática, dessa forma, dificilmente conseguirão entender e analisar a GP sem compreender como as novas tecnologias interferem no entendimento e nas práticas da GP. A presente pesquisa também se preocupou em trazer isso para o debate. Talvez esse seja o ponto principal para que se possa avançar em um verdadeiro conceito de uma Nova Governança Pública. Sugere-se então estudos que busquem entender a aplicação de novas tecnologias para a gestão pública e, consequentemente, para a Governança Pública.

Reforça-se por fim, a necessidade de mais estudos empíricos sobre o tema, tanto de cunho quantitativo, quanto qualitativo, para que se possa verificar quais práticas de governança têm mostrado resultados positivos na administração pública. Além disso, sugere-se trabalhos que identifiquem mais a fundo quais teorias sustentam as ideias da Governança Pública, e se não existem incongruências ideológicas nessas raízes teóricas.

Vale destacar que o trabalho apresenta algumas limitações em relação às suas escolhas metodológicas, principalmente em relação ao limite mínimo de citações de cada artigo, às escolhas das bases consultadas e o corte temporal da pesquisa. Desta maneira, sugere-se

também que trabalhos futuros observem os estudos publicados depois de 2018 e aqueles que compõem outras bases e aqueles em outros idiomas.

Por fim, sugere-se também estudos que busquem entender se os paradigmas das diversas concepções de Governança Pública cabem para a realidade de países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e que busquem entender como a Governança Pública se deu na realidade da pandemia da COVID-19 e se dará na realidade pós pandemia.

Portanto, atinge-se o objetivo do trabalho de identificar como se desenvolveu o conceito de Governança Pública.

Referências

- Al-Hujran, O., Al-Debei, M. M., Chatfield, A., & Migdadi, M. (2015). The imperative of influencing citizen attitude toward e-government adoption and use. *Computers in Human Behavior*, 53(1), 189–203. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.06.025>
- Avkiran, N. K. (2013). An empirical investigation of the influence of collaboration in Finance on article impact. *Scientometrics*, 95(3), 911–925. <https://doi.org/10.1007/s11192-012-0892-5>
- Bao, G., Wang, X., Larsen, G. L., & Morgan, D. F. (2013). Beyond New Public Governance: A Value-Based Global Framework for Performance Management, Governance, and Leadership. *Administration and Society*, 45(4), 443–467. <https://doi.org/10.1177/0095399712464952>
- Bates, J. (2014). This is a repository copy of The strategic importance of information policy for the contemporary neoliberal state: The case of Open Government Data in the United Kingdom. *Government Information Quarterly*, 31(3), 388–395. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2014.02.009>
- Bauer, A., Feichtinger, J., & Steurer, R. (2012). The Governance of Climate Change Adaptation in 10 OECD Countries: Challenges and Approaches. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 14(3), 279–304. <https://doi.org/10.1080/1523908X.2012.707406>
- Benz, M., & Frey, B. S. (2007). Corporate governance: What can we learn from public governance? *Academy of Management Review*, 32(1), 92–104. <https://doi.org/10.5465/amr.2007.23463860>
- Biermann, F., & Gupta, A. (2011). Accountability and legitimacy in earth system governance: A research framework. *Ecological Economics*, 70(11), 1856–1864. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2011.04.008>
- Birnberg, J. G., Shields, M. D., & Young, S. M. (1990). The case for multiple methods in empirical management accounting research (with an illustration from budget setting). *Journal of Management Accounting Research*, 2(1), 3–66.

- Bovaird, T. (2005). Public governance: Balancing stakeholder power in a network society. *International Review of Administrative Sciences*, 71(2), 217–228. <https://doi.org/10.1177/0020852305053881>
- Bovaird, T. (2007). Beyond engagement and participation: User and community coproduction of public services. *Public Administration Review*, 67(5), 846–860. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2007.00773.x>
- Bovaird, T., & Löffler, E. (2003). Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. *International review of administrative sciences*, 69(3), 313–328.
- Brunet, M., & Aubry, M. (2016). The three dimensions of a governance framework for major public projects. *International Journal of Project Management*, 34(8), 1596–1607. <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2016.09.004>
- Budd, L. (2007). Post-bureaucracy and reanimating public governance: A discourse and practice of continuity? *International Journal of Public Sector Management*, 20(6), 531–547. <https://doi.org/10.1108/09513550710818403>
- Coase, R. H. (1937). The nature of the firm. *Economica*, 4(1), 386–405.
- Cruz, C. F. et. al. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partidos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *RAP*, 46(1), 153-76. Recuperado em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080>
- Dias, G. P., & Rafael, J. A. (2007). A simple model and a distributed architecture for realizing one-stop e-government. *Electronic Commerce Research and Applications*, 6(1), 81–90. <https://doi.org/10.1016/j.elerap.2006.02.001>
- Dwivedi, Y. K., Weerakkody, V., & Janssen, M. (2011). Moving towards maturity: challenges to successful e-government implementation and diffusion. *The DATA BASE for Advances in Information Systems*, 42(4), 11-22. <https://doi.org/10.1145/2096140.2096142>
- Ederington, L. H. (1979). Aspects of the production of significant financial research. *The Journal of Finance*, 34(3), 777-786. <https://doi.org/10.2307/2327443>
- Evans, B., & Sapeha, H. (2015). Are non-government policyactors being heard? Assessing New Public Governance in three Canadian provinces. *Administration Publique du Canada*, 58(2), 249-270. <https://doi.org/10.1111/capa.12115>
- Evans, B., Richmond, T., & Shields, J. (2005). Structuring Neoliberal Governance: The Nonprofit Sector, Emerging New Modes of Control and the Marketisation of Service Delivery. *Policy and Society*, 24(1), 73–97. [https://doi.org/10.1016/s1449-4035\(05\)70050-3](https://doi.org/10.1016/s1449-4035(05)70050-3)
- Garfield, E (1979). Is citation analysis a legitimate evolution? *Scientometrics*, 1, 359-357.
- Gil, A. C. (2010). Métodos e técnicas de pesquisa social. In *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo. Atlas.

- Government Information Quarterly (GIQ) (2022). About the journal. Acesso em 25/10/2022. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/journal/government-information-quarterly#:~:text=in%20the%20field-,Government%20Information%20Quarterly%20is%20an%20international%20journal%20that%20examines%20the,government%20information%3B%20the%20use%20of%20%E2%80%A6>
- Haque, M. S. (2000). Significance of accountability under the new approach to public governance. *International Review of Administrative Sciences*, 66(4), 599-617. <https://doi.org/10.1177/0020852300664004>
- Hardy, C. A., & Williams, S. P. (2008). E-government policy and practice: A theoretical and empirical exploration of public e-procurement. *Government Information Quarterly*, 25(2), 155-180. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2007.02.003>
- Hesford, J. W., Lee, S. H. S., Van der Stede, W. A., & Young, S. M. (2006). Management accounting: a bibliographic study. *Handbooks of management accounting research*, Amsterdam: Elsevier, 1, 3-26.
- Hințea, C. E., Profiroiu, M. C., & Țiclău, T. C. (2015). Strategic planning and public management reform: the case of Romania. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 11, 30-44. Recuperado em: <https://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/467/456>
- Hood, C. (1991). A public management for all seasons?. *Public administration*, 69(1), 3-19.
- Humphrey, C., & Miller, P. (2012). Rethinking impact and redefining responsibility: The parameters and coordinates of accounting and public management reforms. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 25(2), 295-327. <https://doi.org/10.1108/09513571211198773>
- Hyndman, N., & Liguori, M. (2016). Public Sector Reforms: Changing Contours on an NPM Landscape. *Financial Accountability and Management*, 32(1), 5-32. <https://doi.org/10.1111/faam.12078>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jetzek, T. (2016). Managing complexity across multiple dimensions of liquid open data: The case of the Danish Basic Data Program. *Government Information Quarterly*, 33, 89-104. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.11.003>
- Johnston, K. (2015). Public governance: the government of non-state actors in 'partnerships.' *Public Money and Management*, 35(1), 15-22. <https://doi.org/10.1080/09540962.2015.986860>
- Kamolov, S. (2017). Digital public governance: Trends and risks. *Journal of Constitutional History*, 33, 185-194. <https://doi.org/10.1400/252394>

- Karakiza, M. (2015). The impact of social media in the public sector. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 175, 384-392. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.01.1214>
- Khodachek, I., & Timoshenko, K. (2018). Russian Central Government Budgeting and Public Sector Reform Discourses: Paradigms, Hybrids, and a “Third Way.” *International Journal of Public Administration*, 41(5), 460-477. <https://doi.org/10.1080/01900692.2017.1383417>
- Kickert, W. J. M. (1997). Public governance in the Netherlands: An alternative to Anglo-American “managerialism.” *Public Administration*, 75(4), 731-752. <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00084>
- Kissler, L., & Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40, 479-499. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000300008>
- Klijin, E. H., & Koppenjan, J. (2012). Governance network theory: Past, present and future. *Policy and Politics*, 40(4), 587-606. <https://doi.org/10.1332/030557312X655431>
- Klumb, R., & Hoffmann, M. G. (2016). Inovação no setor público e evolução dos modelos de administração pública: o caso do TRE-SC. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 21(69). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v21n69.53902>
- Krahmann, E. (2003). Conceptualizing security governance. *Cooperation and conflict*, 38(1), 5-26. <https://doi.org/10.1177/0010836703038001001>
- Kuruppu, C., Adhikari, P., Gunarathna, V., Ambalangodage, D., Perera, P., & Karunarathna, C. (2016). Participatory budgeting in a Sri Lankan urban council: A practice of power and domination. *Critical Perspectives on Accounting*, 41, 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.01.002>
- Laitinen, I., Kinder, T., & Stenvall, J. (2018). Street-level new public governances in integrated services-as-a-system. *Public Management Review*, 20(6), 845-872. <https://doi.org/10.1080/14719037.2017.1340506>
- Lee, J. H., Hancock, M. G., & Hu, M. C. (2014). Towards an effective framework for building smart cities: Lessons from Seoul and San Francisco. *Technological Forecasting and Social Change*, 89, 80-99. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.08.033>
- Lee, M. H., & Lio, M. C. (2016). The impact of information and communication technology on public governance and corruption in China. *Information Development*, 32(2), 127-141. <https://doi.org/10.1177/0266666914529293>
- Lindsay, C., Osborne, S. P., & Bond, S. (2014). The “New Public Governance” and employability services in an era of crisis: Challenges for third sector organizations in Scotland. *Public Administration*, 92(1), 192-207. <https://doi.org/10.1111/padm.12051>
- Lynn, L. E., & Malinowska, A. (2018). How are Patterns of Public Governance Changing in the US and the EU? It’s Complicated. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 20(1), 36-55. <https://doi.org/10.1080/13876988.2017.1413867>

- Massey, A. (2019). Persistent public management reform: an egreore of liberal authoritarianism? *Public Money and Management*, 39(1), 9–17. <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1448160>
- Millard, J. (2018). Open governance systems: Doing more with more. *Government Information Quarterly*, 35(4), S77–S87. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.08.003>
- Monfardini, P. (2010). Accountability in the new public sector: A comparative case study. *International Journal of Public Sector Management*, 23(7), 632–646. <https://doi.org/10.1108/09513551011078897>
- Montenegro, T. M., & Celente, A. L. I. (2016). A Auditoria do Setor Público como Instrumento de Accountability - Estudo de Caso na Marinha do Brasil. *Revista de Gestão e Projetos*, 07(03), 29–47. <https://doi.org/10.5585/gep.v7i3.345>
- Mota, J., & Moreira, A. C. (2015). The importance of non-financial determinants on public-private partnerships in Europe. *International Journal of Project Management*, 33(7), 1563–1575. <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2015.04.005>
- Osborne, S. P. (2006). The new public governance? *Public Management Review*, 8(3), 377–387. <https://doi.org/10.1080/14719030600853022>
- Osborne, S. P., Radnor, Z., & Nasi, G. (2013). A New Theory for Public Service Management? Toward a (Public) Service-Dominant Approach. *American Review of Public Administration*, 43(2), 135–158. <https://doi.org/10.1177/0275074012466935>
- Pallot, J. (2003). A wider accountability? The audit office and new zealand's bureaucratic revolution. *Critical Perspectives on Accounting*, 14, 133–155. [https://doi.org/10.1016/S1045-2354\(02\)00035-7](https://doi.org/10.1016/S1045-2354(02)00035-7)
- Peci, A., Pieranti, O. P., & Rodrigues, S. (2008). Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro. *Organizações & Sociedade*, 15, 39–55. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000300002>
- Pedersen, D., & Hartley, J. (2008). The changing context of public leadership and management: Implications for roles and dynamics. *International Journal of Public Sector Management*, 21(4), 327–339. <https://doi.org/10.1108/09513550810880214>
- Phusavat, K., Anussornnitisarn, P., Helo, P., & Dwight, R. (2009). Performance measurement: Roles and challenges. *Industrial Management and Data Systems*, 109(5), 646–664. <https://doi.org/10.1108/02635570910957632>
- Pyun, H. O., & Gamassou, C. E. (2018). Looking for Public Administration Theories? *Public Organization Review*, 18(2), 245–261. <https://doi.org/10.1007/s11115-017-0374-6>
- Rhodes, R. A. (2016). Recovering the craft of public administration. *Public Administration Review*, 76(4), 638–647. <https://doi.org/10.1111/puar.12504>
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas.

- Scupola, A., & Zanfei, A. (2016). Governance and innovation in public sector services: The case of the digital library. *Government Information Quarterly*, 33(2), 237–249. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2016.04.005>
- Secchi, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. *Revista de administração pública*, 43, 347-369. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>
- Serenata de Amor (2018). Sobre a Operação Serenata de Amor. Acesso em 01/08/2018. Disponível em < <https://serenata.ai/> >
- Siddiquee, N. A. (2010). Managing for results: Lessons from public management reform in Malaysia. *International Journal of Public Sector Management*, 23(1), 38–53. <https://doi.org/10.1108/09513551011012312>
- Siddiquee, N. A. (2016). E-government and transformation of service delivery in developing countries: The Bangladesh experience and lessons. *Transforming Government: People, Process and Policy*, 10(3), 368-390. <https://doi.org/10.1108/TG-09-2015-0039>
- Sørensen, E., & Torfing, J. (2009). Making governance networks effective and democratic through metagovernance. *Public Administration*, 87(2), 234–258. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2009.01753.x>
- Sørensen, E., & Torfing, J. (2017). Metagoverning collaborative innovation in governance networks. *The American Review of Public Administration*, 47(7), 826-839. <https://doi.org/10.1177/0275074016643181>
- Stoker, G. (1998). Governance as theory: five propositions. *International social science journal*, 50(155), 17-28.
- Stone, M. M., & Ostrower, F. (2007). Acting in the public interest? Another look at research on nonprofit governance. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 36(3), 416-438. <https://doi.org/10.1177/0899764006296049>
- Teo, T. S. H., Srivastava, S. C., & Jiang, L. (2008). Trust and electronic government success: An empirical study. *Journal of Management Information Systems*, 25(3), 99–132. <https://doi.org/10.2753/MIS0742-1222250303>
- Theóphilo, C. R. (1998). Algumas reflexões sobre pesquisas empírica em contabilidade. *Caderno de Estudos*, 10(9), 9-15. <https://doi.org/10.1590/S1413-92511998000300001>
- Toonen, T. A. J. (1998). Networks, management and institutions: Public administration as “normal science.” *Public Administration*, 76(2), 229–252. <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00099>
- Torfing, J., & Triantafillou, P. (2013). What’s in a name? grasping new public governance as a political-administrative system. *International Review of Public Administration*, 18(2), 9–25. <https://doi.org/10.1080/12294659.2013.10805250>

- Wiesel, F., & Modell, S. (2014). From New Public Management to New Public Governance? Hybridization and Implications for Public Sector Consumerism. *Financial Accountability and Management*, 30(2), 175–205. <https://doi.org/10.1111/faam.12033>
- Willems, T., & Dooren, V. W. (2012). Coming to Terms with Accountability: Combining multiple forums and functions. *Public Management Review*, 14(7), 1011–1036. <https://doi.org/10.1080/14719037.2012.662446>
- Wilson, W. (1887). The study of administration. *Political science quarterly*, 2(2), 197-222. <https://doi.org/10.2307/2139277>

APÊNDICE 1

Referências que compõem o PB e não foram citadas ao longo do texto

- Abrucio, F. L. (2005). Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. *RAP*, 39(2), 401-420. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6576>
- Aziz, M. A. A. et al. (2015). Enhancement of the Accountability of Public Sectors through Integrity System, Internal Control System and Leadership Practices: A Review Study. *Procedia Economics and Finance*, 28, 163-169. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(15\)01096-5](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)01096-5)
- Backer, L. C. (2011). Private Actors and Public Governance Beyond the State: The Multinational Corporation, the Financial Stability Board and the Global Governance Order. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, 18(2), 751-802. <https://doi.org/10.2979/indjglolegstu.18.2.751>
- Bannister, F., & Connolly, R. (2014). ICT, public values and transformative government: A framework and programme for research. *Government Information Quarterly*, 31, 119-128. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.06.002>
- Bannister, F., & Connolly, R. (2015). The great theory hunt: Does e-government really have a problem? *Government Information Quarterly*, 32(1), 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2014.10.003>
- Bloomfield, D., et al. (2001). Deliberation and inclusion: vehicles for increasing trust in UK public governance? *Environment and Planning C: Government and Policy*, 19, 501-513. <https://doi.org/10.1068/c6s>
- Dagdeviren, H., & Robertson, S. A. (2016). A critical assessment of transaction cost theory and governance of public services with special reference to water and sanitation. *Cambridge Journal of Economics*, 40(6), 1707-1724. <https://doi.org/10.1093/cje/bev079>
- Dzhumashev, R. (2014). Corruption and growth: The role of governance, public spending, and economic development. *Economic Modelling*, 37, 202-215. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2013.11.007>
- Fledderus, J., Brandsen, T., & Honingh, M. (2014). Restoring Trust Through the Co-Production of Public Services: A theoretical elaboration. *Public Management Review*, 16(3), 424-443. <https://doi.org/10.1080/14719037.2013.848920>
- Flinders, M. (2004). Distributed public governance in Britain. *Public Administration*, 82(4), 883-909. <https://doi.org/10.1111/j.0033-3298.2004.00423.x>
- Flinders, M. (2004). Distributed public governance in the European Union. *Journal of European Public Policy*, 11(3), 520-544. <https://doi.org/10.1080/13501760410001694282>
- Hirst, P. (1997). The Global Economy-Myths and Realities. *International Affairs*, 73(3), 409-425. <https://doi.org/10.2307/2624265>

- Iyoha, F. O., & Oyerinde, D. (2010). Accounting infrastructure and accountability in the management of public expenditure in developing countries: A focus on Nigeria. *Critical Perspectives on Accounting*, 21, 361–373. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2009.06.002>
- Jungblut, J. (2016). Re-distribution and public governance – the politics of higher education in Western Europe. *European Politics and Society*. <https://doi.org/10.1080/23745118.2016.1140395>
- Kickert, W. J. M. (1995). Steering at a Distance: A New Paradigm of Public Governance in Dutch Higher Education. *International Journal of Policy and Administration*, 8(1), 135-157. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.1995.tb00202.x>
- Mills, R. W. (2016). The interaction of private and public regulatory governance: The case of association-led voluntary aviation safety programs. *Policy and Society*, 35(1), 43-55. <https://doi.org/10.1016/j.polsoc.2015.12.002>
- Rua, M. G. (2014). Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. *Revista do Serviço Público*, 48(3), 133-152. <https://doi.org/10.21874/rsp.v48i3.392>
- Schuppan, T. (2009). E-Government in developing countries: Experiences from sub-Saharan Africa. *Government Information Quarterly*, 26(1), 118-127. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2008.01.006>
- Spanou, C. (2008). State reform in Greece: responding to old and new challenges. *International Journal of Public Sector Management*, 21(2), 150-173. <https://doi.org/10.1108/09513550810855645>
- Strielkowski, W., Gryshova, I., & Kalyugina, S. (2017). Modern Technologies in Public Administration Management: A Comparison of Estonia, India and United Kingdom. *Administration & Public Management Review*, (28).
- Van der Voet, J. (2014). The effectiveness and specificity of change management in a public organization: Transformational leadership and a bureaucratic organizational structure. *European Management Journal*, 32(3), 373-382. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2013.10.001>

NOTAS

Contribuição de Autoria

Contribuição	Marcelo Machado de Freitas	Luana Caroline da Silva	Ernesto Fernando Rodrigues Vicente	Fabrícia Silva da Rosa	Rodolfo Rocha dos Santos
1. Definição do problema de pesquisa	X	X	X	X	
2. Fundamentação Teórica/Revisão de Literatura	X	X			X
3. Definição dos procedimentos metodológicos	X	X	X	X	
4. Coleta de dados	X	X			X
5. Análise e interpretação dos dados	X	X	X	X	X
6. Revisão crítica do artigo	X	X	X	X	X
7. Escrita do artigo	X	X			X

Editores

Editora Geral: Viviane da Costa Freitag

Editor Adjunto: Jonatas Sallaberry

Histórico

Recebido em: 12/08/2022

Revisado por pares em: 13/09/2022

Reformulado e recomendado para publicação: 04/11/2022

Publicado em: 30/12/2022